

CARTILHA “FEMINISMOS- DELAS PARA TODES”: MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO PARA O ENTENDIMENTO E COMPREENSÃO DAS ONDAS FEMINISTAS

Jussana Teixeira Vilas Boas

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Ana Clara Soares Lebrão

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Graziele Reis Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Nubia Regina Moreira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O artigo em questão tem como objetivo analisar o movimento feminista a partir de suas ondas, destacando os aspectos mais predominantes que favoreceram para a formação do feminismo tal como conhecemos hoje. Com isso, busca-se fazer uma reflexão a respeito do lugar que as mulheres ocupavam desde os tempos remotos e como isso se deu com o passar dos anos, até o tempo presente. Nesse contexto, a fim de obter uma compreensão mais clara a respeito do tema proposto, este trabalho abordará a temática feminista a partir da utilização de pesquisa bibliográfica como método investigativo, privilegiando alguns autores que darão sustentação aos fatos apresentados, bem como a partir de uma exposição geral da cartilha “Feminismos: delas para todes”, realizada por cinco alunas do curso de Ciências Sociais (UESB), como conteúdo avaliativo das disciplinas Relações Sociais de Gênero, em consonância com Metodologia e Prática do Ensino de Ciências Sociais I. Com base nisso, o presente artigo será dividido em duas partes, sendo que a primeira, da qual estamos tratando neste trabalho, discutirá acerca da história do feminismo a partir de suas ondas, tanto de uma perspectiva internacional quanto nacional; e a segunda retratará a respeito das vertentes do feminismo. Objetiva-se, através do presente, a elucidação do que seja o movimento feminista e suas contribuições para a liberdade das mulheres dentro de suas próprias realidades.

Palavras-chave: Feminismo. Material didático. Mulheres.

Introdução

Ao longo da história, sabe-se que a situação das mulheres na sociedade em relação aos homens foi hierarquizada em muitos aspectos, tais como o econômico, sexual, político, jurídico, entre outros. Em decorrência disso, a posição das mulheres na sociedade foi, por vezes, subjugada – quando não invisibilizadas – de modo a marginalizá-las. Com isso, tendo em vista a superação da opressão das mulheres e sua liberdade enquanto sujeitos possuidores de direitos, as mulheres, desde o período da Revolução Francesa (1789-1799) já passavam a questionar sua condição de existência e reivindicar pela conquista de seu próprio espaço

dentro da sociedade, não como alguém que precisavam de um mediador, mas como seres capazes de pensar, falar e lutar por seus próprios ideais.

Nesse mesmo sentido, Alves e Pitanguy (1985), descreve:

É difícil estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo, pois este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias. (...) O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” e “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade. Que a afetividade, a emoção, a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres, como atributos não desvalorizados. Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder... (1985, p. 7, 9-10).

Sabe-se, portanto, que a história muda de acordo com o desenrolar do tempo e, por isso, as reivindicações feitas pelas mulheres no período da Revolução Francesa não ocorreu da mesma maneira que nos dias atuais, uma vez que vivemos em contextos diversos e distintos. Assim, com o intuito de explorar com mais profundidade acerca dessa questão, abordaremos como o feminismo tem se transformado para atender as diferentes demandas das mulheres.

Nesse ínterim, o presente artigo tem como proposta trazer à discussão o tema do feminismo, usando como pressuposto seus momentos sociais e históricos – caracterizados como ondas – e suas contribuições para a vida cotidiana das mulheres, levando em consideração suas idiossincrasias e suas vivências, tanto do ponto de vista pessoal quanto coletivo.

Para este fim, conforme supracitado, o trabalho em questão está pautado no conteúdo exposto na cartilha “Feminismos: delas para todes”, construída por cinco estudantes do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, quais sejam: Alícia Santana, Ana Clara Lebrão, Grazielle Reis, Jucimara Santana e Jussana Vilas Boas. Cartilha esta, apresentada às disciplinas Relações Sociais de Gênero, ministrada pela Professora Dra. Núbia Regina Moreira, bem como à Metodologia e Prática do Ensino de Ciências Sociais I, ministrada pelo Prof. Me. José Miranda Oliveira Júnior como requisito de avaliação.

Assim, de maneira que pudesse dialogar com os conteúdos das disciplinas em questão, foi proposto a realização de um material didático-pedagógico direcionado aos alunos de Ensino Médio, com o objetivo de, de maneira lúdica e dinâmica, levá-los à compreensão de assuntos voltados para a questão de gênero. A princípio, como instrumento para disseminação do conteúdo, optamos pelo podcast, mas dada as limitações de conhecimento técnico de informática, bem como o pouco tempo hábil para realizá-lo, o conteúdo foi transformado em texto e, com isso, produzimos a cartilha.

Até o presente momento, a cartilha foi divulgada nas redes sociais do Centro Acadêmico do Curso de Ciências Sociais da UESB, sendo acessada por quase uma centena de pessoas, além da repercussão que teve na Universidade, onde foi motivo de entrevistas e título de matéria de um blog local e do site oficial da Instituição.

Então, valendo-nos de tal repercussão, com o objetivo de democratizarmos ainda mais o conhecimento, principalmente no que tange a temas de grande relevância social, escolhemos dar prosseguimento ao assunto através deste trabalho, que se organizará do seguinte modo: a princípio, se fará um retrospecto histórico acerca do feminismo, e sua influência em cada momento (onda) abordado; e a seguir, em um outro artigo, serão discutido as vertentes do feminismo e as mudanças ocorridas para corresponder às necessidades de grupos específicos de mulheres.

Ondas do Feminismo

O feminismo é um movimento político-social que visa aprimorar e expandir os direitos das mulheres na sociedade. Surgiu na década de 1960, com a pauta da libertação das mulheres, e passou por várias nuances desde o seu surgimento, as quais são popularmente conhecidas como *ondas do feminismo*.

A partir desse pressuposto, ondas feministas são os marcos históricos ocorridos em diferentes períodos nos quais o movimento alcançou maior visibilidade, de maneira que cada período é marcado por protestos e conquistas de direitos. Em cada onda, pautas específicas eram trazidas à tona, acarretando em grandes repercussões e, conseqüentemente, avanços significativos no que diz respeito às mulheres e sua liberdade.

Comumente, ao abordarem acerca da temática feminista, três ondas são destacadas, levando em consideração os momentos históricos mais marcantes na luta das mulheres e, é acerca delas que trataremos aqui, sendo que: a primeira onda do feminismo surgiu em decorrência de períodos como a Revolução Industrial e a Primeira e Segunda Guerra, cuja motivação do movimento estava pautada na igualdade, tanto por condições, quanto por

direitos; a segunda onda surgiu em meados dos anos 1960 e, especificamente no Brasil – período da Ditadura Militar – estava associado à transferência da igualdade formal para a material; e a terceira, possuindo maior visibilidade a partir de 1990, estava pautada em compreender e considerar as subjetividades inerentes entre homens e mulheres, bem como as diferenças entre eles.

Primeira onda do Feminismo

A primeira onda do movimento surgiu a partir do século XIX na Europa e Estados Unidos. Nesse primeiro momento, as reivindicações giravam em torno de direitos iguais aos homens, como acesso à educação e ao voto, assim como a simetria de gênero dentro do casamento, já que naquela época as mulheres não podiam trabalhar e tão pouco conquistar o próprio dinheiro.

Com a Revolução Francesa (1789-1799), período em que se defendia os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, homens e mulheres lutaram para serem reconhecidos como sujeito de direito, dessa forma podendo conquistar o direito à propriedade, igualdade e trabalho. No entanto, ao fim da Revolução e após a publicação do manifesto ‘*o direito dos homens e dos cidadãos*’ em 1789, as mulheres que atuaram no movimento revolucionário tomaram ciência de que não haviam sido inclusas no documento, dessa forma, o Movimento Feminista ganhou ainda mais força com as reivindicações das mulheres por estes direitos. Neste período destacaram-se duas pensadoras, Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft.

Olympe de Gouges foi uma filósofa francesa, envolvida diretamente na Revolução, e que ao perceber que havia sido excluída do manifesto e conseqüentemente sentir-se traída, levantou o questionamento de o porquê de os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade não incluíam as mulheres, enquanto a Mary Wollstonecraft publicou uma obra de extrema importância para as pioneiras da primeira onda do Feminismo, intitulada *Reivindicações dos direitos das mulheres*, publicada em 1792.

No Brasil, a primeira onda do feminismo teve relação direta com o movimento de mulheres operárias anarquistas, bem como pelo movimento que reivindicava pelo direito ao voto das mulheres, que era denominado de *sufragetes*, liderado por Bertha Lutz. Esse momento do feminismo foi associado a um “feminismo bem-comportado” que, pode ser considerado por muitos como conservador, no sentido de reforçarem os estereótipos no que diz respeito a divisão sexual dos papéis de gênero, pois justificavam suas reivindicações justamente em suas atividades no âmbito privado.

Segunda onda do Feminismo

Na segunda onda do feminismo (1960-1980), as mulheres já haviam se igualado aos homens perante a lei, no entanto, na prática ainda enfrentavam dificuldades, o que as levaram a questionar se o sexo feminino seria inferior ao masculino, e o que significava em essência, ser mulher.

Nesse sentido, o movimento feminista na segunda onda, se destaca pelo questionamento dos padrões sociais atribuídos a homens e mulheres na sociedade, de maneira a trazer à tona as pautas culturais e políticas que tinham por objetivo inibir a desigualdade entre os sexos.

Assim, enquanto na primeira onda as feministas reivindicaram por direitos na vida pública, na segunda onda questionavam e reivindicavam por igualdade de direitos na vida privada, sendo este o lugar de onde surgiam todos os outros tipos de desigualdades entre homens e mulheres.

Foi então, a partir da Revolução Industrial no século XIX que a visão acerca da mulher passa a mudar, de modo que as mulheres passaram a ocuparem as fábricas podendo trabalhar, participando então da economia. Aos poucos, os movimentos feministas foram crescendo e ganhando cada vez mais força e visibilidade, com as mulheres conquistando direitos como voto, propriedade e educação.

Especificamente no Brasil, a segunda onda alcançou maior visibilidade, em 1964, no contexto da Ditadura Militar. Período este, marcado pela ausência de direitos políticos dos indivíduos em um governo ditatorial. A segunda onda feminista, nesse sentido, está associada à transferência da igualdade formal – que é insuficiente no que diz respeito à integração de todos, uma vez que não leva em consideração as peculiaridades naturais do indivíduo, bem como dos grupos sociais – para a igualdade material que, em termos práticos, “trata igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades” (NERY JUNIOR, 1999, p. 42).

Insta destacar que, foi nesse contexto que o movimento feminista influenciou diretamente para muitas mudanças legislativas, de modo que na Constituição Federal de 1988 em comparação às Constituições anteriores foi garantido a elas a isonomia jurídica entre homens e mulheres, estabelecendo, com isso: a possibilidade do divórcio; a proibição da discriminação por sexo no mercado de trabalho; a proteção do Estado frente a possíveis arbitrariedades no âmbito familiar; entre outros direitos.

Terceira onda do Feminismo

Enquanto a primeira onda feminista se preocupou, principalmente, em reivindicar a igualdade entre homens e mulheres nas condições trabalhistas e em conquistar o voto feminino por direito, a segunda onda, por sua vez, se empenhou em abordar a autonomia feminina, a liberdade e a igualdade de direitos, enquanto, a terceira onda atentou-se em compreender que há particularidades entre as mulheres que as diferem, sejam elas por classe, sexualidade e/ou raça.

Antes de elucidarmos o movimento da terceira onda feminista, não poderíamos deixar de contextualizar o período do seu surgimento. Sendo assim, a terceira onda feminista tem seu início em meados dos anos 1980, quando as feministas da época perceberam que haviam lacunas no movimento que não incluíam as diferenças existentes entre as mulheres, entretanto, só possui visibilidade e reconhecimento a partir de 1990. Além disso, o contexto ocidental dos anos 80/90 foi marcado com as novas tecnologias que revolucionaram as diversas formas de comunicação e, em termos políticos, foi durante esse período que as ditaduras que se instalavam na América Latina se dissolviam, enquanto o neoliberalismo e o imperialismo estadunidense estavam cada vez mais presentes (FRANCHINI, 2017). É evidente que os acontecimentos da época tiveram importância no movimento feminista, assim, os diferentes marcadores sociais e étnico-raciais que cada mulher possuía tiveram maior notoriedade e relevância, fazendo com que surgissem uma variedade de vertentes dentro do próprio movimento.

Dessa forma, a terceira onda do feminismo, tem como característica principal a compreensão de que, mesmo o movimento se tratando de mulheres que lutam pela igualdade na sociedade, elas mesmas são diferentes entre si, como no aspecto de classe e raça, por exemplo. Tais elementos diferenciadores geravam certa hierarquização e subordinação entre elas, de modo a impossibilitar a verdadeira solidariedade, nesse sentido, passaram a buscar pela valorização das mulheres, tanto em relação aos homens, como em relação a elas mesmas e, com isso, entre o fim da década de 1980 e início da década de 1990, a noção de interseccionalidade dentro do feminismo foi desenvolvida, com o propósito de tratar acerca de questões específicas que haviam sido negligenciadas pelo movimento feminista, como no caso do racismo em relação ao movimento feminista negro.

O conceito de interseccionalidade foi criado por Kimberlé Crenshaw, em 1989. Para a autora

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o

racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CREENSHAWN, 2002, p. 177).

Por mais que a autora tenha desenvolvido o conceito no final da década de 80, as discussões sobre os diferentes tipos de opressão que atingiam as mulheres já estavam sendo questionadas desde o início da década pelo movimento feminista e, principalmente, por mulheres negras. Assim, o feminismo negro é pautado, principalmente, nas diferentes experiências entre mulheres negras e não negras, pois, enquanto as mulheres não-negras lutavam por direitos sociais, tais como voto e igualdade trabalhista, as mulheres negras lutavam para serem inseridas no meio social como pessoas.

Além da vertente do feminismo negro e do conceito de interseccionalidade terem ganhado força durante a terceira onda do feminismo, outras vertentes também foram impulsionadas pela mesma noção de que as mulheres são diversas e demandam de objetivos específicos, assim faz-se necessário exemplificarmos, em resumo, cada uma.

A vertente do Transfeminismo, movimento feminista de e para mulheres transsexuais, ou seja, pessoas que se identificam como mulher apesar da sua determinação sexual ao nascer, tem como pauta principal a emancipação e libertação do corpo transsexual, na qual as mulheres trans sejam incentivadas a se expressarem de forma singular, livrando-se de definições patriarcais de gênero. Para Emi Koyama (2001),

O Transfeminismo é, primariamente, um movimento de e para mulheres trans que veem a sua libertação como intrinsecamente ligada à libertação de todas as mulheres (e além). Está também aberto a queers, pessoas intersexo, homens trans, mulheres não-trans, homens não-trans, e outros/as que se reveem na luta destas mulheres e que consideram uma aliança com estas como essencial para a sua própria libertação. (KOYAMA, 2001, p.1).

Já se tratando do feminismo lésbico, movimento que tem como principal característica a liberdade afetiva-sexual da mulher lésbica, ou seja, mulheres que se interessam e se relacionam com mulheres, de forma com que ocorra a desnaturalização da prática heterossexual, relação padrão entre homem e mulher, assim, constrói e naturaliza a homossexualidade dentro do movimento feminista.

É necessário diferenciarmos o feminismo lésbico do feminismo lésbico negro, pois, apesar de terem pautas parecidas, como exemplo, a citada anteriormente, no feminismo

lésbico negro os dois marcadores sociais (sexualidade e raça) têm maior notoriedade ao identificar a vulnerabilidade dessas mulheres dentro do padrão branco-heteronormativo, assim, o enfoque dessa vertente é pautado na diferenciação de mulheres negras e não-negras e na visibilização em abordar identidade racial dentro do feminismo.

Dito isso, é evidente que todas as ramificações que surgiram a partir da terceira onda feminista foram marcadas pelas pautas de libertação, diferenciação dos corpos existentes, pelo reconhecimento da variedade das identidades e das diferentes experiências das mulheres, dessa maneira, a terceira onda distinguiu-se das ondas anteriores que tinham como pautas principais as vivências de mulheres brancas.

É de suma importância ressaltar que além de todas as características da terceira onda feminista que citamos no decorrer do texto, a luta do movimento feminista sempre teve como pauta principal o objetivo em romper o sistema patriarcal e sexista existente. Para bell hooks o feminismo é “um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (HOOKS, 2018, p. 17) e para além disso, os “homens não eram o problema, o problema era o patriarcado, o sexismo e a dominação masculina” (HOOKS, 2018, p.103). Assim, destacamos que o homem é o indivíduo principal em produzir e reproduzir a opressão sobre as mulheres, entretanto, as noções sexistas e patriarcais são problemas para ambos.

Segundo Pierre Bourdieu (2005),

[...] as diferenças visíveis entre o corpo feminino e o corpo masculino que, sendo percebidas e construídas segundo os esquemas práticos da visão androcêntrica, tornam-se o penhor mais perfeitamente indiscutível de significações e valores que estão de acordo com os princípios desta visão: não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento dessa visão de mundo, e sim é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em gêneros relacionais, masculino e feminino, pode instituir o falo, constituído em símbolo da virilidade, de ponto de honra (nif) caracteristicamente masculino; e instituir a diferença entre os corpos biológicos em fundamentos objetivos da diferença entre os sexos, no sentido de gêneros construídos como duas essências sociais hierarquizadas. (BOURDIEU, 2005, p. 32-33).

Assim, no parágrafo citado acima, Bourdieu (2005) caracteriza o conceito de dominação masculina, que contribui para a reprodução dos estereótipos sociais de gênero e que caracterizam as mulheres como submissas e frágeis, enquanto o homem é dominador e viril. Sendo assim, Bourdieu (2005) destaca

[...] sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2005, p. 7-8).

Aqui se faz necessário apontar que a dominação masculina e a violência simbólica são tão nocivas para as mulheres quanto para os homens e são reproduzidas em diversas esferas sociais, tais como família, igreja, escola e Estado.

Para Bourdieu (2005), é na família que o indivíduo tem seus primeiros ensinamentos sociais voltados para o gênero masculino; na igreja há a dominação patriarcal, sobretudo o simbolismo da hierarquia familiar, onde o pai é a autoridade da família; a escola é o espaço onde partilha a reprodução patriarcal nas relações sociais; e por fim, o Estado reafirma a noção de que o espaço doméstico é voltado para as mulheres e o espaço público para os homens. Assim, as práticas de socialização pautadas na dominação masculina promovem e mantêm os estereótipos de gênero e sexo, na qual a mulher é passiva e o homem ativo.

Contudo, retomando ao que afirmamos anteriormente, no que diz respeito a sociedade patriarcal e sexista ser prejudicial aos indivíduos, é relevante destacarmos que para essas estruturas serem rompidas é de suma importância que os homens incorporem a teoria e prática feminista, para que de fato, haja a emancipação feminina de forma geral e a ruptura das estruturas opressivas para ambos.

Empoderamento Feminino

Abordar o feminismo perpassando todas as suas fases e variantes, nos permite adentrar em uma pauta muito utilizada e debatida atualmente no movimento do século XXI, o empoderamento feminino, que pensado de forma crítica e politizada nos traz reflexões sobre as condições impostas às mulheres na sociedade desde os séculos passados e as movimentações que foram feitas na tentativa de rompimento desses paradigmas.

Até o século XIX, a mulher era vista como um ser inferior aos homens, possuindo menos direitos que estes, como ler, escrever, votar. A mulher sempre esteve condicionada a funções restritas ao âmbito doméstico, sendo desde muito cedo educadas para auxiliarem as

mães nos afazeres do lar, casarem e terem filhos, sendo impedidas de trabalhar e sendo excluídas de assuntos como economia e política.

O empoderamento feminino consiste então na consciência coletiva expressa através de ações que visam fortalecer as mulheres e desenvolver a equidade de gêneros, a fim de romper as estruturas as quais as mulheres sempre estiveram condicionadas na sociedade. Tal conceito surgiu através de debates e críticas gerados pela manifestação de mulheres durante a década de 1980, quando as feministas se sentiram mais afetadas com os modelos políticos e econômicos na grande parte das políticas de desenvolvimento. Dessa forma, o empoderamento está intrinsicamente atrelado ao trabalho social de desenvolvimento e recuperação consciente das potencialidades de sujeitos oprimidos pelo sistema social, e possui por finalidade a libertação social de todo um grupo.

O empoderamento é uma construção que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de suporte e comportamento pró-ativo no âmbito das políticas e mudanças sociais (Rappaport, 1981, 1984). A pesquisa e a intervenção da teoria do empoderamento unem o bem-estar individual ao meio político e social mais amplo. Teoricamente, a construção une a saúde mental à ajuda mútua e luta para criar uma resposta comunitária. (BERTH, 2019, p.24).

Sendo assim, o movimento feminista, como uma luta plural, que visa a união das mulheres em busca de romper paradigmas da nossa sociedade, tal como padrões machistas e opressores, apropria-se cada vez mais do empoderamento feminino, o qual deve ser pensado e utilizado de forma crítica e coletiva dentro do movimento e de todas as suas vertentes, a fim de que haja a conscientização e movimentação das mulheres rumo às transformações sociais.

Considerações Finais

Tendo em vista os aspectos apresentados, fica evidente o quanto o movimento feminista tem alterado o modo de vida das mulheres, em todos os aspectos. Portanto, o feminismo trata-se de um movimento político-social que parte do pressuposto de que a mulheres, assim como os homens, devem ser livres para viverem suas vidas conforme acreditam ser o melhor, reivindicando pelos direitos que lhes cabem, mas que, por vezes, ainda são impedidos e cerceados, e conquistando a expansão de direitos que garantam a elas a qualidade de vida adequada. Para tanto, a relevância desse estudo se deu a partir da necessidade de compreender como o movimento feminista surgiu, bem como suas influências

e contribuições, ressaltando a forma como este movimento afeta a vida das mulheres e suas relações sociais. Com isso, é possível afirmar que o objetivo inicial foi alcançado, tendo em vista que o assunto proporcionou a possibilidade de problematizar e trazer uma reflexão acerca de como nos comportamos diante dessa realidade, seja por sermos protagonistas desse movimento, ou simplesmente por sermos sujeitos ativos dentro da sociedade.

Consideramos, portanto, que evidentemente há muito o que ser discutido a respeito do tema, por se tratar de um assunto abrangente no qual permite uma pluralidade de pontos de vista. Contudo, é certo que, apesar das opiniões, o movimento tem sido de grande relevância para despertar nas mulheres a consciência da imprescindibilidade de fortalecimento entre as mulheres para se desenvolver igualdade e a liberdade, a fim de romper as estruturas as quais sempre estiveram condicionadas na sociedade.

Assim, tendo em vista o que foi discutido, são necessários todos os apontamentos levantados ao longo deste trabalho, uma vez que se trata de tema de grande repercussão e relevância geral, tendo em vista a capacidade que o movimento tem de romper com estigmas que antes eram considerados aceitáveis na sociedade, nos levando à consciência da impossibilidade de retornar ao modo de vida antigo, que afinal, éramos reféns dela.

Referências Bibliográficas

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1991.

BERTH, Joice. **Empoderamento** / Joice Berth. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 184 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

BEZERRA, Juliana. Feminismo. In: **Feminismo**. [S. l.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/feminismo/>. Acesso em: 15 maio 2021

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188. ISSN 1806 9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.

FRANCHINI, B. S. O que são as ondas do feminismo? in: **Revista QG Feminista**. 2017. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 10ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

KOYAMA, Emi. **The transfeminist manifesto**. Eminism.org, 2001. Disponível em: <<http://eminism.org/readings/pdf-rdg/tfmanifesto.pdf>>. Acesso em: 25 de março de 2021.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na constituição federal**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

SANTANA, Alícia; LEBRÃO, Ana Clara; REIS, Grazielle; SANTANA, Jucimara; BOAS, Jussana Vilas. **Feminismos: delas para todes**. Vitória da Conquista, 2020, p.11. Disponível em: @CA.CiSo.UESB.

SOBRE O (A/S) AUTORA (A/S)

Jussana Teixeira Vilas Boas

Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Brasil; discente bolsista de monitoria em Introdução a Sociologia UESB /DFCH, jussanavboas@gmail.com

Ana Clara Soares Lebrão

Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Brasil; graduanda em Direito pela Faculdades Santo Agostinho (FASA), campus Vitória da Conquista – Brasil, ana-lebrao@hotmail.com

Grazielle Reis Santos

Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Brasil, grazi.reis4@gmail.com

Nubia Regina Moreira

Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília; Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas; Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e docente permanente do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil; Coordena o Grupo de Pesquisa OjuObinrin Observatório de Mulheres Negras (UESB), nubia.moreira@uesb.edu.br